



A ordem de dependência: como se monta uma biblioteca de filosofia e teologia cristã

Prática · Vida Intelectual · 12 de setembro de 2026

Toda lista de leituras já é uma tese disfarçada de serviço, porque, quando alguém lhe diz o que deve ser lido primeiro, não está apenas organizando livros numa prateleira: está entregando, junto com a ordem, os pressupostos pelos quais todos os livros seguintes serão julgados; isso pesa mais do que parece, pois um homem pode começar pela cristologia, aprender a repetir a Confissão de Westminster com precisão e, ainda assim, nunca ter perguntado por que Westminster importa ou como ele sabe que aquilo que confessa é verdadeiro.

O problema das listas correntes não costuma estar nos títulos escolhidos, e muitas vezes os livros são bons; o problema está na ordem. Há listas organizadas pelo prestígio dos autores, outras pela cronologia, outras pela fidelidade denominacional e muitas simplesmente acompanham a curiosidade do leitor naquele mês. Nada disso corresponde à estrutura do conhecimento, porque primeiro vem aquilo que sustenta e, depois, aquilo que depende do que foi estabelecido antes. Toda proposição doutrinária já pressupõe alguma resposta para a pergunta sobre como se sabe alguma coisa, mesmo quando o leitor nunca se preocupou com tal ideia. A biblioteca abaixo segue esse princípio, e eu não estou colocando um livro antes de outro porque gosto mais do autor, porque ele é mais antigo ou porque ficou famoso no meio reformado; cada degrau precisa do anterior. Quando uma obra tem limites, eu os digo, porque livro útil não vira livro infalível só porque está na lista.

Primeiro degrau: o ponto de partida

Vincent Cheung, *Questões Últimas*

Eu colocaria *Questões Últimas* na mão do leitor antes de qualquer outro volume desta lista, e a razão é simples: Cheung começa justamente na questão que todos os demais livros já pressupõem, parte da revelação inescapável, mostra o absurdo de qualquer sistema que tente falar sem ela, desenvolve a argumentação que decorre de um axioma autoautenticante e só então atravessa filosofia, logos, metafísica, epistemologia, ética e soteriologia. As perguntas que pareciam independentes começam a aparecer como aquilo que realmente são, partes de uma única cadeia. E aqui está o ponto que precisa ser percebido desde o começo: Cheung não tenta provar Deus para depois provar a Escritura, porque não existe essa subida.

Ele começa pela Escritura, e a existência de Deus aparece como conteúdo da revelação, não como conclusão de um argumento cosmológico sustentado por premissas sensoriais. Se isso foi entendido, o essencial do escrituralismo começou a ser entendido. Se não foi, o leitor pode atravessar a biblioteca inteira e traduzir cada autor de volta para o velho esquema que já carregava consigo. No fim terá lido Clark e Cheung, mas continuará pensando como o tomismo popular que trouxe na cabeça.

W. Gary Crampton, *O Escrituralismo de Gordon H. Clark*

Depois do impacto inicial, o leitor precisa de um mapa. Crampton oferece esse mapa organizando o sistema clarkiano em duas grandes partes, conhecimento e Escritura. Na primeira entram os três métodos epistemológicos, a epistemologia cristã, a relação entre epistemologia e soteriologia e, principalmente, a distinção entre conhecimento e opinião. Na segunda aparecem revelação progressiva, canonização, inspiração e sua extensão, atributos da Escritura, manuscritos e traduções, lei e evangelho, hermenêutica e a relação entre teologia e filosofia. Clark escreveu demais, em gêneros demais e durante tempo demais para que o iniciante perceba sozinho, de imediato, como as peças se encaixam. Crampton poupa esse trabalho inicial, e eu leria com especial lentidão a parte sobre conhecimento e opinião. Quase toda crítica apressada a Clark se atrapalha justamente aí. Dizer que a sensação não produz conhecimento nunca significou recomendar que alguém atravessasse a rua de olhos fechados; parece uma distinção elementar depois que foi compreendida, mas, antes disso, muita discussão inteira nasce da confusão entre as duas coisas.

Gordon H. Clark, *Três Tipos de Filosofia Religiosa*

Aqui começa a demolição, porque Clark pega racionalismo, empirismo e irracionalismo, as três vias que a filosofia da religião efetivamente percorreu, e deixa cada uma falar até mostrar onde seus próprios princípios a levam. O racionalismo passa por Agostinho, Anselmo e pela crítica de Kant. O empirismo passa por Aristóteles e Tomás de Aquino, por Paley e Hume, pelos céticos gregos e pelo apelo moderno à experiência religiosa. O irracionalismo segue de Hume a Hegel, de Kierkegaard a Barth e Brunner, até chegar ao repúdio explícito da lógica. No fim resta o dogmatismo, posição que Clark assume e submete ao mesmo tipo de exame aplicado aos rivais. É aí que o método apagógico deixa de ser uma expressão abstrata: refutar não consiste em dizer que o adversário é ímpio e encerrar a conversa, mas em conceder os pressupostos dele e mostrar o absurdo ao qual eles conduzem. Quem realmente entende o capítulo sobre o empirismo não volta a ler um argumento cosmológico do mesmo modo, porque o problema deixa de parecer uma falha de execução e aparece na própria estrutura: uma premissa sensorial não sustenta a conclusão metafísica que se quer retirar dela.

Segundo degrau: o método em operação

Vincent Cheung, *Confrontações Pressuposicionais*

Saber o que é o método apagógico ainda não basta. É preciso vê-lo trabalhando num texto bíblico, e *Confrontações Pressuposicionais* serve muito bem para isso ao montar o livro em três movimentos. Primeiro vêm a precondição do significado, a supressão da verdade, a superstição da ciência e a vindicação de Cristo; depois ele entra em Atos 17.16-34 e acompanha o discurso de Paulo no Areópago versículo por versículo, e por fim resume o programa em três palavras: fundamento, convicção e dominação.

Por que Atos 17? Esse é justamente um dos textos favoritos da apologética clássica quando ela quer

encontrar terreno comum entre Paulo e os pagãos. Cheung lê o mesmo texto e encontra outra coisa. Paulo não negocia pressupostos nem pede espaço para o sistema grego. Também não oferece evidências para que o incrédulo, a partir de uma suposta neutralidade, julgue se Deus merece ser aceito. Paulo anuncia, acusa e ordena arrependimento; o livro é curto, anda rápido e serve como vacina contra um hábito que muitos cristãos aprenderam sem perceber: tratar o incrédulo como parceiro epistemológico legítimo e a Palavra de Deus como uma peça de evidência a ser submetida ao tribunal dele.

E aqui eu abriria um intervalo antes do próximo degrau. O leitor precisa trabalhar lógica formal com exercícios, e não basta ter um manual na estante ou ler uma introdução em dois fins de semana. Termo, definição, proposição, oposição entre proposições, silogismo categórico, tabelas de verdade, limites da indução e falácias precisam virar instrumento de uso, pois, sem isso, é perfeitamente possível concordar com Clark e Cheung apenas por simpatia.

Terceiro degrau: a doutrina da Escritura

Gordon H. Clark, *O Martelo de Deus: a Bíblia e seus críticos*

Só agora entramos numa bibliologia mais direta, e a ordem nos importa porque Clark não trata a Escritura primeiro como objeto de devoção, mas como questão epistemológica. O livro começa perguntando como se pode saber que a Bíblia é inspirada, passa pela Bíblia como verdade, pela inspiração verbal antiga e moderna, pela revelação especial como racional, pela religião revelada, pelo conceito de autoridade bíblica, pela teoria de Hamilton sobre linguagem e inspiração, pela pergunta sobre o que é verdade e, no fechamento, pela relação entre a fé reformada e a Confissão de Westminster.

O nervo do livro está no tratamento da verdade como propriedade de proposições, pois, se a verdade for reduzida a encontro, evento ou experiência, a inspiração verbal já perdeu o sentido antes mesmo de a discussão começar e a inerrância vira uma categoria mal formulada; Clark fecha esse problema. Por isso eu não colocaria este volume num degrau posterior, como se fosse mera bibliologia técnica, já que a questão textual vem depois da questão da verdade. E o capítulo sobre Westminster ainda faz um serviço adicional: lembra que fidelidade confessional não é repetir uma fórmula sem saber o que ela afirma.

Quarto degrau: o sistema

Vincent Cheung, *Introdução à Teologia Sistemática*

Cheung organiza sua introdução em seis capítulos, teologia, Escritura, Deus, homem, Cristo e salvação, e a disciplina de derivação aparece desde o começo. Ele trata da natureza, possibilidade e necessidade da teologia, passa pelos atributos da Escritura em oito seções sucessivas, chega à existência, aos atributos e às obras de Deus e termina na cadeia soteriológica dos eleitos, chamados, regenerados, convertidos, justificados, adotados, santificados e preservados.

Há um limite evidente, e vale dizê-lo antes que alguém obtenha o livro esperando outra coisa. A obra termina na salvação, sem uma eclesiologia desenvolvida, sacramentologia ou escatologia. Isso não diminui o que o livro faz, apenas define o que ele não pretende fazer, porque Cheung entrega sobretudo um modelo de encadeamento. O capítulo sobre a existência de Deus é especialmente importante porque ali se vê, funcionando dentro de uma sistemática, aquilo que os degraus anteriores prepararam: a doutrina de Deus sendo construída sem o apoio da teologia natural. Prefiro essa demonstração a muitos tratados que cobrem todos os loci e estragam o fundamento logo no início.

Robert L. Reymond, *Teologia Sistemática*

Reymond entra aqui por uma razão bastante específica: entre as sistemáticas extensas, é uma das que o escrituralista pode usar com menos reservas. O volume reúne as duas partes da obra num único tomo, e os cinco primeiros capítulos já mostram por que ele merece esta posição: revelação divina, natureza inspirada da Escritura, atributos da Escritura, natureza da verdade bíblica e a Bíblia como o ponto do conhecimento, o lugar onde os pés se firmam. Só depois aparecem doutrina de Deus, nomes e natureza divina, Trindade, inclusive nos credos, decreto eterno, criação, providência e a visão bíblica do homem.

Eu destacaria o capítulo quatro, no qual Reymond pergunta se as asserções da Escritura são univocamente ou analogicamente verdadeiras, enfrenta Tomás de Aquino, mostra que a analogia bem-sucedida depende de algum elemento unívoco e, a partir daí, volta-se contra a doutrina vantiliana do conhecimento analógico. A objeção é difícil de contornar: se o conhecimento humano verdadeiro nunca coincide com o conhecimento divino em ponto algum, em que sentido inteligível continua sendo conhecimento verdadeiro? Encontrar essa discussão no meio de uma sistemática de grande porte é raro, e isso muda o valor do livro inteiro.

Mas Reymond não deve ser lido sem marcações, porque, na providência, conserva o idioma confessional mais comum sobre causas e instrumentos. Quem sustenta causação divina imediata terá de reatribuir agência em vários trechos, lendo como ocasião aquilo que o texto apresenta como causa intermediária. Depois dos degraus anteriores isso é administrável; começar por Reymond e tentar fazer essa correção sem o fundamento estabelecido seria outra história.

Quinto degrau: a exegese e a história da revelação

João Calvino, *Comentário à Epístola aos Romanos*

Depois do sistema, voltamos ao texto, e Calvino já declara na epístola dedicatória a regra que pretende seguir: a lúcida brevidade é uma virtude peculiar do bom intérprete, e a tarefa do intérprete consiste em penetrar a mente do escritor que está expondo. Ele ainda confessa o próprio amor à brevidade, e o comentário inteiro tenta cumprir o que prometeu ao longo dos dezesseis capítulos de Romanos.

O ganho é doutrinário e também formal, porque justificação, imputação, escravidão ao pecado, eleição, endurecimento, remanescente e submissão às autoridades recebem ali um tratamento que marcou a tradição reformada inteira; mas vale prestar atenção ao modo como Calvino trabalha. Ele decide o sentido, apresenta a razão e segue, enquanto o leitor moderno, acostumado a comentários que gastam páginas preparando uma frase que poderia ser dita em um parágrafo, encontra uma disciplina que deveria constrangê-lo um pouco. Quem escreve exposição bíblica hoje faria bem em imitar alguma coisa dessa economia. Poucos imitam.

Geerhardus Vos, *Teologia Bíblica*

Vos muda o ângulo e, em vez de organizar as doutrinas por loci, acompanha a ordem em que a revelação foi dada. Primeiro define a natureza e o método da disciplina e separa revelação especial pré-redentora e redentora. Depois trata dos quatro princípios da revelação anterior à queda, da primeira revelação redentora e de suas três maldições, do período noaico, dos patriarcas, da eleição já operante em Abraão, Isaque e Jacó, do período mosaico, da profecia e, finalmente, do Novo Testamento.

Isso obriga o leitor a enxergar algo que uma sistemática pode esconder pela própria forma: Deus não entregou a doutrina em formato de manual pronto, mas comunicou a revelação historicamente, com cada etapa pressupondo o que veio antes e preparando aquilo que viria depois. Mas há uma cautela importante, porque o vocabulário orgânico de Vos, desenvolvimento, semente, crescimento, descreve a expansão da revelação comunicada, não uma evolução da verdade divina. A verdade não amadurece como se antes fosse menos verdadeira; o que cresce é a quantidade revelada e a clareza com que ela é dada. Sem essa distinção, alguém consegue usar Vos para alimentar o historicismo que ele próprio combateu.

Cornelis P. Venema, *Cristo e a Teologia do Pacto*

A estrutura pactual merece tratamento próprio, e Venema entra aqui, depois de Calvino e Vos, justamente porque o leitor já tem exegese e história da revelação suficientes para não transformar a discussão numa guerra de vocabulário acadêmico. O livro se divide em três partes. A primeira trata do pacto das obras em Westminster e da tese da reedição do pacto das obras na economia mosaica. A segunda passa pela relação entre pacto e eleição em Herman Bavinck, pela salvação dos filhos dos crentes que morrem na infância à luz do artigo 1.17 dos Cânones de Dort e pelo batismo dos filhos dos crentes. A terceira entra nas disputas contemporâneas, com três capítulos sobre a Visão Federal em suas relações com pacto, eleição e justificação, terminando com a leitura de N. T. Wright sobre Romanos 5.12-21.

Sexto degrau: a suficiência levada às últimas consequências

Vincent Cheung, *Fulcro: expansionismo versus cessacionismo*

Este é o livro que separa o escrituralista consistente do escrituralista de conveniência, porque Cheung abre com um manifesto do evangelho e, já no segundo capítulo, lança a tese que organizará o resto: a suficiência da Escritura é argumento contra o cessacionismo, nunca a favor dele. Depois vêm profecia, identidade entre a Palavra de Deus e a vontade de Deus, libertação da incredulidade, hipocrisia no aconselhamento cristão, mandato de cura congregacional, marcas de uma igreja verdadeira, indução aplicada ao estudo bíblico e uma sequência longa de confrontos com a posição cessacionista.

São quase cinquenta capítulos curtos, e o ponto mais forte do livro está numa inversão que parece simples depois que foi vista: o cessacionista diz que os dons cessaram porque a Escritura é suficiente, e Cheung responde que a Escritura suficiente é justamente a Escritura que prescreve os dons. Se ela basta, sua prescrição também basta, de modo que negar a prescrição apelando à suficiência equivale a usar a suficiência para negar aquilo que a própria Escritura suficiente ensina. O tom do livro é duro, e não há por que fingir que não é, pois Cheung trata o assunto como fidelidade ao evangelho, não como diferença simpática de ênfase entre grupos que chegaram a conclusões opostas e ainda assim estariam igualmente certos.

Sétimo degrau: a filosofia sob o axioma

Gordon H. Clark, *Uma Visão Cristã dos Homens e do Mundo*

Aqui o axioma sai da discussão epistemológica mais estreita e começa a legislar sobre campos particulares. Clark estabelece o propósito da obra, a unidade da verdade e o uso da lei da contradição, depois entra na filosofia da história com Marx, a doutrina do progresso, Spengler e Toynbee; passa à filosofia política, distinguindo política descritiva e normativa e discutindo governo, coerção e

consentimento; trata de ética teleológica e ateleológica, egoísmo, utilitarismo e Kant, até chegar à ética da revelação; avança pela filosofia da ciência, com fatos, leis, verificação e modelo mecânico; e fecha passando pela filosofia da religião e pela filosofia do conhecimento, com ceticismo, relativismo, empirismo e apriorismo.

O livro é importante porque impede uma redução comum do escrituralismo: quem leu apenas as discussões sobre sensação, proposição e conhecimento pode imaginar que a filosofia de Clark termina aí, mas não termina. História, Estado, moral e método científico também precisam ser julgados a partir do axioma. E Clark tenta fazer isso por dedução, não por aquela aplicação elástica de “princípios cristãos” em que o autor chega à conclusão que já queria e depois procura um versículo que combine.

Gordon H. Clark, *De Tales a Dewey*

História da filosofia precisa ser lida, e o problema é lê-la como se estivéssemos visitando um museu no qual toda peça merece a mesma reverência só porque ficou velha; Clark não faz isso. Ele cobre o percurso dos milésios a Dewey expondo Parmênides e o sentido do verbo ser, a teoria protagórica do homem-medida e sua autodestruição, a resposta platônica e, depois, segue pela tradição inteira com o mesmo procedimento: reconstruir o sistema o suficiente para que ele seja reconhecido e então perguntar se ele se sustenta.

É por isso que eu prefiro este volume a um manual supostamente neutro, que produz com facilidade o sujeito capaz de resumir Kant sem saber dizer se Kant está certo. Clark trata cada filosofia como candidata a explicar a realidade, não como curiosidade histórica. Por isso *De Tales a Dewey* não é livro para ser “vencido” e abandonado; é livro de consulta, daqueles aos quais se volta quando um autor antigo reaparece com roupa nova numa discussão moderna.

Oitavo degrau: cultura, educação e futuro

R. J. Rushdoony, *Esquizofrenia Intelectual*

O diagnóstico cultural pode começar aqui, e Rushdoony passa pela escola e pela pessoa integral, pelo propósito do conhecimento, pela unidade do saber, pelo Reino de Deus e a escola, pelo Estado e a educação, pelo conceito de criança, pela Bíblia e a escola cristã, pelo misticismo das escolas públicas e pelo fim de uma era. Os apêndices ainda tratam de liberdade acadêmica, coerção e justiça bíblica.

A tese que costura tudo isso é a impossibilidade da neutralidade, porque toda educação já traz uma doutrina de homem, uma doutrina de conhecimento e alguma ideia de fim último. Quando a escola se anuncia neutra, não suspendeu essas doutrinas; apenas deixou de dizer de onde as tirou e em nome de que autoridade as impõe.

R. J. Rushdoony, *A Filosofia do Currículo Cristão*

O livro seguinte sai do diagnóstico e começa a mexer no currículo. Rushdoony distribui a obra em cinco partes e entra disciplina por disciplina: história contra ciência social, ensino da Bíblia, gramática, composição, matemática, educação cívica e constituição, ciências e método experimental, música e línguas estrangeiras. Depois vêm filosofia da disciplina, aluno problemático, humanismo em sala de aula, relação entre teologia e pedagogia e a neutralidade impossível, com o humanismo apresentado no fim como religião estabelecida pelas escolas estatais.

Aqui o leitor que dirige escola, ensina ou educa os filhos em casa encontra muita coisa para fazer, e essa é a diferença entre uma crítica cristã da educação secular e a velha queixa conservadora sobre a decadência: uma reclama; a outra precisa desenvolver um currículo, escolher o conteúdo, disciplinar os hábitos e ensinar tudo isso.

R. J. Rushdoony, *O Plano de Deus para a Vitória*

Este volume é curto e trata de escatologia em sete capítulos: perspectivas milenaristas, vitalidade da fé cristã, áreas de reconstrução, relação entre escatologia e trabalho, economia e escatologia, crítica da geração educada pela expectativa do arrebatamento e conexão entre predestinação e lei. A tese pós-milenarista aparece sempre pelo lado prático. O que um cristão espera da história muda a disposição que ele tem para construir algo que precise durar além de sua própria vida.

Os três livros de Rushdoony devem ser usados com a mesma regra: eu o tomo como testemunha de diagnóstico, não como fundamento epistemológico. Suas descrições da falência humanista são frequentemente excelentes e, em certos temas, difíceis de substituir. O aparato apologético, porém, não tem o rigor de Clark, de modo que se recebe o diagnóstico e se recusa qualquer apelo residual a uma evidência autônoma quando ele aparece; autor útil continua sendo autor julgável.

Nono degrau: o adversário mapeado

Kenneth Boa e Robert M. Bowman Jr., *Manual de Apologética*

O último degrau serve para conhecer o campo inteiro sem passar anos montando sozinho um mapa básico, e Boa e Bowman organizam a apologética em quatro sistemas, clássico, evidencialista, reformado e fideísta, e apresentam cada um com raízes históricas, modo de operação, exemplo aplicado, pontos fortes e possíveis fraquezas. Warfield, Lewis, Geisler, Kreeft e Craig aparecem no primeiro grupo; a seção reformada dá atenção considerável a Van Til e Clark e reúne material bibliográfico útil.

Mas eu não recomendaria o livro sem colocar uma advertência grande na capa, porque a proposta é integrativa: os autores tratam os quatro sistemas como perspectivas capazes de se complementar e sugerem que a escolha do método pode depender do interlocutor e do temperamento do apologista. Isso é falso. Método apologético decorre de epistemologia, e epistemologias contraditórias não viram amigas porque o apologista decidiu ser pastoral; um homem não começa ao mesmo tempo pela sensação e pela revelação, e, se tenta fazer isso, uma das duas acaba funcionando apenas como ornamento para agradar quem estiver ouvindo.

Então por que o livro continua aqui? Porque, como inventário, ele presta serviço ao reunir num volume aquilo que os próprios adversários dizem de seus métodos, oferecer fontes, organizar a discussão e poupar leitura dispersa. Eu o usaria como catálogo do campo; como manual de formação, pode deformar o iniciante antes que ele perceba qual concessão já fez.

Como usar a lista

Os degraus são cumulativos, e eu não coloquei nove por gosto de simetria, porque a ordem não é decoração. Ainda assim, se alguém quiser uma redução mínima, eu ficaria com quatro títulos: *Questões Últimas*, *Três Tipos de Filosofia Religiosa*, *Introdução à Teologia Sistemática* e o comentário de Calvino a Romanos. Em paralelo, um manual de lógica precisa ser trabalhado com exercícios, não apenas lido,

para tal eu indico o meu livro *Lógica para os Cristãos*, disponível de graça para download no site.

Esse conjunto já força o leitor a responder como sabe o que sabe, a enxergar um sistema em vez de colecionar frases, a refutar alternativas pelo interior delas e a voltar ao texto bíblico com disciplina. Só isso já o coloca acima de muita formação que hoje se vende como “cosmovisão cristã” em oito aulas gravadas e, infelizmente, acima de uma quantidade considerável de púlpitos que carregam o adjetivo reformado sem carregar o método que deveria acompanhá-lo.

O restante da biblioteca existe para outra etapa, porque não basta estar seguro do próprio fundamento; quem pretende escrever, ensinar ou governar instituições precisa conhecer exegese, história da revelação, filosofia, educação, cultura e os métodos rivais que encontrará pela frente. Nenhum livro desta lista é neutro, e nenhum deve ser lido com a passividade que a escola o treinou durante anos; nem mesmo os autores mais próximos da posição que sustento aqui recebem imunidade, porque autor útil e autor infalível continuam sendo categorias diferentes. A Escritura julga os livros.

Afirmamos e negamos (estou achando útil fazer esse tipo de conclusão em alguns textos)

Afirmamos que a ordem de leitura em filosofia e teologia cristã deve seguir a ordem de dependência lógica entre as questões, e que a epistemologia governa toda a sequência posterior.

Afirmamos que a Escritura é o axioma indemonstrável do qual todo conhecimento se deriva, e que qualquer livro desta lista vale exatamente na medida em que sustenta essa posição ou fornece material verificável a quem a sustenta.

Afirmamos que declarar os limites de uma obra recomendada faz parte da recomendação, e que o silêncio sobre limites transfere ao leitor o custo do erro de quem indicou.

Negamos que a leitura teológica possa começar pelos tópicos de conteúdo antes de resolver a questão do fundamento, e negamos que o adiamento dessa questão a deixe em aberto, pois o adiamento já é uma resposta tomada de empréstimo.

Negamos que os métodos apologeticos rivais se complementem, e negamos que a escolha entre eles seja matéria de temperamento pastoral ou de conveniência missionária.

Negamos que a erudição acumulada sem sistema constitua maturidade doutrinária, e negamos que a quantidade de volumes lidos meça qualquer coisa relevante enquanto o primeiro degrau permanecer vazio.